



DESTAQUE **CRISE E AUSTERIDADE**

# Conselho de Ministros extraordinário analisa redução de escalões do IRS

Maioria dos países europeus analisados tem um número reduzido de escalões de IRS. Só Espanha se aproxima de Portugal com sete escalões.

Paula Cravina de Sousa  
paula.cravina@economico.pt

O Governo vai avançar com uma reforma do sistema fiscal, que vai implicar a redução do número de escalões no IRS e um aumento de impostos para os contribuintes em sede de IRS. Este será um dos temas que estará em discussão no Conselho de Ministros extraordinário de hoje que visa preparar o Orçamento do Estado para 2013. No entanto, os especialistas consultados pelo Diário Económico afirmam que é necessário ter cautela com o esforço que é pedido aos contribuintes e que é preciso ser mais justo na distribuição do mesmo.

A mexida nos escalões de IRS já tinha sido anunciada pelo ministro das Finanças, Vítor Gaspar, na conferência da quinta avaliação do programa de ajustamento financeiro de Portugal. A solução vai implicar um "aumento das taxas médias efectivas de tributação, aproximando a capacidade de arrecadação e distribuição dos padrões que estão vigentes na Europa", reconheceu na altura o responsável. Em causa está a necessidade de compensar o corte de despesa de dois mil milhões de euros inviabilizado pelo chumbo do Tribunal Constitucional ao corte dos subsídios de férias e de Natal da Função Pública e reformados, mas também o aumento de receita para atingir um défice de 4,5%, em 2013. (ver pág. 6)

Nos países europeus analisados, a maioria tem um número inferior de escalões, excepção feita a Espanha que só tem menos um (ver infografia). De acordo com os dados da PLMJ, o Reino Unido tem apenas três escalões, com taxas que variam entre os 20% e os 50%. Já França e Alemanha têm cinco escalões, cujas taxas máximas são de 41% e 45%, respectivamente. Em Portugal, a opção deverá ser a de encontrar quatro ou cinco escalões.

Para Nuno Cunha Barnabé, o novo pacote de austeridade anunciado pelo primeiro-ministro esta semana "parece incidir mais na tributação efectiva dos agregados de IRS". O especialista adiantou que é necessário ter em conta "os limites constitucionais,

uma vez que o imposto deve ser progressivo e atender à situação pessoal dos agregados". "E eliminar escalões é diminuir a progressividade do imposto", rematou.

Carlos Loureiro, 'tax partner' da Deloitte, considera que o agravamento da tributação "não deve recair apenas sobre o trabalho dependente", e adverte que "não podem ser tomadas medidas desgarradas". E exemplificou: a criação de mais uma taxa em sede de imposto de selo para casas de valor patrimonial superior a um milhão "não vai dar uma receita significativa".

Já o bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Domingues de Azevedo, afirma que "as medidas têm de ser explicadas, porque aparecem demasiado embrulhadas e imperceptíveis para os cidadãos". "Tem de se dizer aos portugueses que houve uma derrapagem no défice e que temos de ter mais impostos", explicou. No entanto, Domingues de Azevedo alertou que "a corda já está demasiado esticada para que os cidadãos possam ter uma vida com dignidade".

O ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Rogério Fernandes Ferreira, sugere que "as mexidas nos escalões de IRS sejam aproveitadas para alterar os benefícios fiscais", no sentido de os eliminar. Por outro lado, os rendimentos que estão actualmente sujeitos a taxas liberatórias e especiais, como as mais-valias, dividendos e juros, por exemplo, "deveriam passar a ser englobados". Desta forma, simplificava-se o sistema e aumentava-se a carga fiscal deste tipo de rendimento. O fiscalista deixou ainda outra sugestão: "Os benefícios em sede de imposto sobre as Transmissões Onerosas sobre Imóveis (IMI) devam ser revistos, mas com o objectivo de baixar as taxas".

Mas apesar das sugestões do lado da receita, Fernandes Ferreira lembra que "a solução para o défice deveria vir dos dois lados: da receita e da despesa". O mesmo aviso foi feito pelo presidente do Tribunal de Contas, Guilherme d'Oliveira Martins: "É necessário garantir a equidade" e "nunca se deve exigir só ao contribuinte e fazendo cortes cegos na despesa social". ■

**CES**

**Austeridade atingiu mais trabalhadores e pensionistas**

O impacto do esforço de redução do défice no ano passado recaiu principalmente sobre trabalhadores e pensionistas, lê-se num projecto de parecer do Conselho Económico e Social (CES) sobre a Conta Geral do Estado de 2011. O projecto de parecer, redigido pelo economista João Ferreira do Amaral, aponta para um "impacto negativo da política orçamental no rendimento disponível de cerca de 2.600 milhões de euros". Este impacto teve ainda repercussões negativas "sobre a produtividade das empresas". No parecer, o CES reconhece que o endividamento crescente da economia em 2011 obrigava a medidas para conter o défice. No entanto, o parecer recorda que o CES "alertou em devido tempo para o perigo" de os objectivos e prazos da redução do défice serem "demasiado ambiciosos e desajustados". A proposta de parecer será votada hoje em plenário do CES.

**IRS COMPARAÇÃO DE ESCALÕES**

**PORTUGAL**

Pedro Passos Coelho  
Primeiro-ministro

| Rendimento colectável (em euros) | Taxa marginal |
|----------------------------------|---------------|
| Até 4.898                        | 11,5%         |
| De 4.898 a 7.410                 | 14,0%         |
| De 7.410 a 18.375                | 24,5%         |
| De 18.375 a 42.259               | 35,5%         |
| De 42.259 a 61.244               | 38,0%         |
| De 61.244 a 66.045               | 41,5%         |
| De 66.045 a 153.300              | 43,5%         |
| Mais de 153.300                  | 46,5%         |

**ESPAÑA**

Mariano Rajoy  
Primeiro-ministro

| Rendimento colectável (em euros) | Taxa marginal |
|----------------------------------|---------------|
| Até 17.707                       | 24,75%        |
| De 17.707 a 33.007               | 30,0%         |
| De 33.007 a 53.407               | 40,0%         |
| De 53.407 a 120.000              | 47,0%         |
| De 120.000 a 175.000             | 49,0%         |
| De 175.000 a 300.000             | 51,0%         |
| Mais de 300.000                  | 52,0%         |

**FRANÇA**

François Hollande  
Presidente

| Rendimento colectável (em euros) | Taxa marginal |
|----------------------------------|---------------|
| Até 5.963                        | 0%            |
| De 5.963 a 11.896                | 5,5%          |
| De 11.896 a 26.420               | 14,0%         |
| De 26.420 a 70.830               | 30,0%         |
| Mais de 70.830                   | 41,0%         |

**ALEMANHA**

Angela Merkel  
Chanceler

| Rendimento colectável (em euros) | Taxa marginal  |
|----------------------------------|----------------|
| Até 8.004                        | 0%             |
| De 8.005 a 13.469                | 14,0% - 23,97% |
| De 13.470 a 52.881               | 23,97% - 42,0% |
| De 52.882 a 250.730              | 42,0%          |
| Mais de 250.731                  | 45,0%          |

**REINO UNIDO**

David Cameron  
Primeiro-ministro

| Rendimento colectável (em libras) | Taxa marginal |
|-----------------------------------|---------------|
| Até 34.370                        | 20,0%         |
| De 34.371 a 150.000               | 40,0%         |
| Mais de 150.000                   | 50,0%         |

Fonte: PLMJ, Ministério das Finanças



Portugal vai seguir as pisadas de França, Espanha e Alemanha ao criar uma taxa Tobin.

**França, a primeira a**

Ao criar uma taxa para as transacções financeiras, Portugal junta-se a um grupo de países que estão a preparar uma carta para enviar a Bruxelas de modo a criar uma cooperação reforçada de países europeus que avançam sozinhos com esta iniciativa. A Alemanha está no barco, Espanha prepara-se para anunciar uma medida semelhante esta semana e França já adoptou em Agosto uma taxa sobre as operações financeiras. Porém, a iniciativa europeia é ligeiramente diferente